

ISALINO ANTONIO GIACOMET JUNIOR

OS CRIMES
ECONÔMICOS E
SUA REGULAMENTAÇÃO
PELO SISTEMA
FINANCEIRO NACIONAL

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Isalino Antonio Giacomet Júnior

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Giacomet Junior, Isalino Antonio

Os Crimes Econômicos e sua Regulamentação pelo Sistema Financeiro Nacional. /
Isalino Antonio Giacomet Junior. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
200 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 177-185.

ISBN: 978-85-8440-607-4

1. Direito Penal - Direito Penal Econômico. 2. Sistema Financeiro Nacional –
Crimes Econômicos. I. Título.

CDD – 341.5

1077597

Sumário

Lista de abreviaturas	XI
Introdução.....	1
1. Estrutura, competência e objeto do Sistema Financeiro Nacional... 5	
1.1 – A moeda e a complexidade de controle das movimentações financeiras	5
1.1.1 – A moeda.....	5
1.1.2 – O crédito	7
1.1.3 – Produtos e serviços financeiros contemporâneos	9
1.1.4 – Sistemas de remessas de dinheiro.....	10
1.2 – A estrutura e as características do Sistema Financeiro Nacional	14
1.2.1 – Breve histórico	15
1.2.2 – Estrutura e composição do Sistema Financeiro Nacional ...	17
1.2.3 – Características gerais	25
2. Modelo de legalidade adequado ao combate à criminalidade econômica	29
2.1 – Atribuição de função normativa aos órgãos e entidades do Sistema Financeiro Nacional	30
2.1.1 – Necessidade de participação normativa do sistema financeiro no ordenamento jurídico relativo aos delitos econômicos	30
2.1.2 – Não violação ao princípio da separação de poderes.....	39
2.1.3 – A atuação das agências reguladoras.....	44
2.1.4 – A legitimidade da normatização pelas agências reguladoras.....	48
2.2 – A atividade regulatória e a função normativa dos órgãos e entidades do Sistema Financeiro Nacional.....	51
2.2.1 – As autarquias fiscalizadoras do Sistema Financeiro Nacional e suas semelhanças com as agências reguladoras.....	51

2.2.2 – Características da atividade regulatória do Sistema Financeiro Nacional	56
2.2.3 – Formas básicas de regulação financeira	62
2.2.4 – “Agencialização” e outras medidas para o aperfeiçoamento da regulação do mercado financeiro	65
3. Crimes econômicos e a normatização do mercado financeiro	69
3.1 – A criminalidade econômica e a dimensão dos bens jurídicos tutelados pelo combate aos crimes econômicos	69
3.1.1 – A criminalidade econômica	69
3.1.2 – Os bens jurídicos tutelados pelo direito penal econômico	80
3.2 – O papel da normatização do mercado financeiro na caracterização precisa de delitos econômicos	88
3.2.1 – A integração de normas penais em branco por atos normativos do Sistema Financeiro Nacional	98
3.2.1.1 – Conceituação das normas penais em branco	98
3.2.1.2 – Classificação das normas penais em branco	100
3.2.1.3 – Possibilidade jurídica de sua utilização	102
3.2.1.4 – Exemplos de tipos penais com normas penais em branco	105
3.2.1.4.1 – Evasão de Divisas – Crime contra o Sistema Financeiro Nacional	105
3.2.1.4.2 – Contabilidade paralela – Crime contra o Sistema Financeiro Nacional	122
3.2.2 – Os elementos normativos do tipo e a tipificação dos crimes econômicos	127
3.2.2.1 – Conceituação dos elementos normativos do tipo	127
3.2.2.2 – Utilidade dos elementos normativos do tipo	130
3.2.2.3 – Exemplos de tipos penais com elementos normativos do tipo	134
3.2.2.3.1 – Gestão fraudulenta e gestão temerária – Crime contra o Sistema Financeiro Nacional	134

3.2.2.3.2 – Uso indevido de informação privilegiada (Insider Trading) – Crime contra o mercado de capitais	143
3.2.3 – As condições objetivas de punibilidade e os crimes econômicos	150
3.2.3.1 – Conceituação das condições objetivas de punibilidade.....	150
3.2.3.2 – Utilização das condições objetivas de punibilidade	153
3.3 – Os limites de aplicação de atos normativos do sistema financeiro nacional no âmbito do direito penal	161
3.3.1 – O princípio da estrita legalidade penal	161
3.3.2 – Os limites aos tipos penais abertos no direito penal econômico	165
Conclusão.....	173
Referências bibliográficas	177